



1. INTRODUÇÃO

A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na BM&F Bovespa – Bolsa de Mercadorias e Futuros (B3), desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas concessionárias e de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO

A WLM comercializa produtos e serviços da marca **Scania**, como caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção e assistência técnica especializada, voltados aos produtos que comercializa.

A Companhia possui uma rede de quatro concessionárias com vinte estabelecimentos localizados em diversos estados do Brasil, por meio de suas regionais: **WLM Equipo** (Rio de Janeiro), **WLM Quinta Roda** (São Paulo), **WLM Itaipu** (Minas Gerais) e **WLM Itaipu Norte** (Pará e Amapá), todas com a certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard).

SEGMENTO AGROPECUÁRIO

A WLM atua na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos por meio das controladas: **Fatura** e **São Sebastião** e **Itapura**.

A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Região de atuação / Estado
Controladas operacionais		
Fatura Agropecuária S.A.	Fatura	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	São Sebastião	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controlada descontinuada		
Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.	Superágua	Rio de Janeiro
Coligadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Plenogás	Paraná

Reestruturação Societária

Em 1º de julho de 2019, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foram aprovadas as incorporações das Sociedades Limitadas controladas integrais a saber: EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA, ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA, QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA e ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária da Companhia, com o objetivo de redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira da mesma.

Com fundamento no disposto do art. 226. § 3º da Lei 6.404/76, que estabelece que a Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia aberta, bem como a Deliberação CVM 559/2008 e em conformidade com o Ofício nº 181/2018/CVM/SEO/GEA-1, datado de 25/04/2018 e no Extrato da Ata da Reunião do Colegiado nº 12 de 27/03/2018, referente ao Processo Administrativo CVM nº 19957.000175/2018-83, as empresas incorporadas foram dispensadas da elaboração dos Laudos de Avaliação.

O saldo de acervo líquido contábil em 30/06/2019 incorporado pela controladora, apresentados como segue:

Descrição	Equipo	Itaipu	Itaipu Norte	Quinta Roda	Total Incorporado
Ativo					
Ativo Circulante	27.900	72.650	39.512	36.861	176.923
Caixa e Equivalentes de Caixa	864	3.780	2.018	16.005	22.667
Aplicações Financeiras	1.142	9.402	6.553	-	17.097
Contas a Receber	6.867	32.755	15.368	8.873	63.863
Estoques	15.140	21.383	12.458	7.277	56.258
Tributos a Recuperar	3.288	2.886	2.745	971	9.890
Cotas de Consórcio	591	2.354	183	3.735	6.863
Outros Ativos Circulantes	8	90	187	-	285
Ativo Não Circulante	21.464	51.078	31.372	26.972	130.886
Cotas de Consórcio	897	3.485	1.243	10.912	16.537
Depósitos Judiciais	207	928	178	531	1.844
Investimentos	9.029	6.369	-	4.444	19.842
Imobilizado	11.329	40.296	21.030	11.085	83.740
Intangível	2	-	8.921	-	8.923
Total dos Ativos Incorporados	49.364	123.728	70.884	63.833	307.809
Passivo					
Passivo Circulante	15.362	36.381	8.980	6.682	67.405
Obrigações Sociais e Trabalhistas	654	2.162	852	949	4.617
Fornecedores	12.653	29.113	5.422	2.579	49.767
Obrigações Fiscais	1.564	5.046	2.706	3.138	12.454
Outras Obrigações	491	60	-	16	567
Passivo Não Circulante	2.558	1.694	373	1.922	6.547
Tributos Diferidos	2.508	1.069	137	1.907	5.621
Outras obrigações	50	625	236	15	926
Total dos Passivos Assumidos	17.920	38.075	9.353	8.604	73.952
Acervo Líquido	31.444	85.653	61.531	55.229	233.857

Os saldos de investimentos junto à Companhia foram eliminados no processo de incorporação e os demais investimentos em outras sociedades foram assumidos pela controladora. Por se tratarem de controladas integrais, a incorporação do acervo líquido não gerou qualquer incremento no patrimônio líquido da Companhia.

Os resultados auferidos pelas incorporadas até 30 de junho de 2019, estão evidenciados na Demonstração do Resultado do Exercício da controladora, na rubrica de equivalência patrimonial e estão detalhados a seguir:

Descrição	Equipo	Itaipu	Itaipu Norte	Quinta Roda	Total Incorporado
Receita de Venda de Bens e Serviços	57.115	231.515	61.464	91.335	441.429
Custos dos Bens e Serviços	48.287	201.079	44.126	76.278	369.770
Resultado Bruto	8.828	30.436	17.338	15.057	71.659
Despesas Administrativas	6.233	19.748	9.843	11.155	46.979
Outras receitas, líquidas de despesas	587	2.166	692	1.797	5.242
Resultado Financeiro	95	(507)	71	226	(115)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	3.277	12.347	8.258	5.925	29.807
IR e CSLL	717	2.508	2.109	1.403	6.737
Lucro Líquido do período	2.560	9.839	6.149	4.522	23.070

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2019, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

2.1 Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos biológicos mensurados ao valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para

chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidado foi autorizada pela diretoria em 19 de março de 2020.

2.2 Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração analisou a essência de determinadas transações realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e julgou necessária a reapresentação dos valores correspondentes relativos as demonstrações do resultado e demonstrações do valor adicionado consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de modo a considerar as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado	Ref	2018		
		Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Consolidado				
Receita Líquida		752.296	-	752.296
Ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos	(c)	-	4.972	4.972
Custo das Vendas	(a)	(633.351)	(27.058)	(660.409)
LUCRO BRUTO	(a) e (c)	118.945	(22.086)	96.859
Despesas gerais e administrativas	(a)	(111.274)	27.058	(84.216)
Ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos	(c)	4.972	(4.972)	-
Outras despesas		6.023	-	6.023
LUCRO OPERACIONAL		18.666	-	18.666

Demonstração do Valor Adicionado	Ref	2018		
		Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Consolidado				
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		186.926	(66.653)	120.273
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		180.013	(66.653)	113.360
Valor adicionado bruto		183.271	(66.653)	116.618
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(a) e (b)	633.351	68.226	701.577
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(a)	30.243	(1.573)	28.670
Impostos, taxas e contribuições		102.850	(66.653)	36.197
Federais	(a) e (b)	32.968	(5.811)	27.157
Estaduais	(a)	67.983	(60.842)	7.141

(a) as despesas com mão-de-obra referente ao setor de serviços vinham sendo contabilizadas como despesas gerais e administrativas e foram reclassificadas para custo das vendas. Como o setor de serviços gera uma receita específica, a mão de obra deste setor passou a ser considerada para custo das vendas, após a reapresentação.

(b) para fins de demonstração dos valores adicionados - DVA, os custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia consumidos, foram reapresentados para

que sejam considerados os tributos incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não. Como esse procedimento requerido pelo CPC 09 é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado, a Companhia decidiu efetuar a reapresentação pois, nas informações divulgadas anteriormente, os custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia estavam líquidos dos impostos.

- (c) a reclassificação do ajuste de valor justo dos ativos biológicos vinha sendo classificado na DRE abaixo do lucro bruto e foi reclassificado para uma linha da DRE acima do lucro bruto para manter consistência com as práticas adotadas no mercado pelas empresas que também possuem ativos biológicos.

2.3 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui instrumentos financeiros complexos e todos são classificados como custo amortizado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mensuradas, em sua totalidade, ao custo amortizado. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

c) Cotas de consórcio

As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão avaliadas pelo custo de aquisição.

d) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

Para o ativo biológico Soja, a Companhia mensura a custo de produção e quando o ativo está no “ponto de colheita” é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 11.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

g) Operações com partes relacionadas (ativos não circulantes e passivos circulantes)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas, em sua maior parte, referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte. Adicionalmente incluem aluguel de terras e pagamento de juros sobre capital próprio.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Atualmente as propriedades estão arrendadas para partes relacionadas e estão avaliadas pelo método de custo.

j) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 17.

Conforme divulgado na nota explicativa 25, a Companhia optou pela manutenção dos saldos de reavaliação, constituídos anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07. Adicionalmente, adotou o custo atribuído quando da adoção inicial dos CPCs em 2010.

k) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

m) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

n) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, nota explicativa nº 25.

p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 23.

q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que satisfaz uma obrigação de desempenho, quando da transferência do controle dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

s) Novas normas, interpretações e alterações

Aplicáveis às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 - CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1), e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Transição

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) (Arrendamentos), a partir de 1º de janeiro de 2019, com aplicação inicial da norma através da abordagem de transição simplificada. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 06 (R2) ao período comparativo apresentado.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do CPC 06 (R2) foram aplicadas aos ativos de direito de uso como parte do ativo imobilizado (Nota explicativa 17) e os passivos de arrendamento como arrendamentos a pagar no balanço patrimonial.

A aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2) resultaram na constituição de um ativo de direito de uso no valor de R\$ 1.017 na controladora e no consolidado e um passivo de arrendamento.

Identificação do arrendamento

A Companhia não possuía contratos de arrendamento anteriormente classificados seguindo os princípios do CPC 06 (R1) – Arrendamentos. Estão sendo utilizadas as seguintes isenções de reconhecimento:

- Contabilização de arrendamentos operacionais de curto prazo (menos de 12 meses);
- Contabilização de arrendamentos operacionais cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

Prazo de arrendamento

Os contratos de arrendamento são negociados individualmente. A Companhia avaliou o prazo do contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis para definição do prazo de arrendamento. O prazo de arrendamento dos contratos vigentes em 31/12/2019 é de 3 anos.

Mensuração inicial

A Companhia aplicou expediente prático da norma no qual o ativo de direito de uso corresponde ao passivo de arrendamento descontado utilizando a taxa de juros incremental na data de transição. A Companhia utilizou como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo objeto de arrendamento, por prazo e cenários econômicos semelhantes. A Companhia apurou a sua taxa de desconto com base nas taxas de juros livre de riscos observadas no mercado brasileiro, ajustadas a realizada da Companhia. A taxa média ponderada de desconto é 0,52% a.m., para os contratos de até 3 anos.

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com os critérios do CPC 27 – Ativo imobilizado, na depreciação do ativo de direito de uso e corrigida qualquer remensuração do passivo de arrendamento quando aplicável.

Ativos de direito de uso

As taxas de depreciação utilizadas são as taxas equivalentes ao grupo de ativos subjacentes semelhantes conforme nota explicativa 17.

Passivos de arredamento

Os passivos de arrendamento estão demonstrados na nota explicativa 17.

Outras informações

Os contratos de arrendamento das propriedades para investimentos são entre empresas controladas, que no consolidado são apresentados como imobilizado, conforme item 15 do CPC 28.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação técnica trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Se a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

A Companhia analisou e concluiu que os tratamentos fiscais tomados são de provável aceitação perante as autoridades fiscais; consequentemente, a referida interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa 8.
- b) Estoques – nota explicativa 10.

- c) Ativos biológicos – nota explicativa 11.
- d) Imobilizado – nota explicativa 17.
- e) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – nota explicativa 23.
- f) Realização dos prejuízos fiscais e diferenças temporárias – nota explicativa 24

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e CPC 21 (R1), abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

		Participação total no capital subscrito e integralizado	
Controladas	Atividade	2019	2018
Operacionais			
Fartura	Bovinocultura de corte	99,37*	99,35*
Itapura	Pecuária leiteira e de corte / Cafeicultura	100,00*	100,00*
São Sebastião	Bovinocultura de corte	100,00*	100,00*
Descontinuada			
Superágua	Envasamento de águas minerais	100,00	100,00

* Considerando participação indireta

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

5. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas, referente a seguinte controlada:

Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARÍ, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas em 2019 foi de R\$ 58 e em 2018, de R\$ 198, atribuído totalmente à controladora.

Existem contingências referentes a esta operação descontinuada, conforme divulgado na nota explicativa 23.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora *		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	329	23	373	11.296
MOEDA NACIONAL				
CDB (CDI 100%)	-	-	10	10
Fundos de Investimentos (CDI 100%)	7.681	882	12.518	7.796
	7.681	882	12.528	7.806
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.010	905	12.901	19.102

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata, sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 34.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fundos de Investimentos (CDI 100%)	31.683	1.044	31.683	19.956
Total de aplicações financeiras	31.683	1.044	31.683	19.956

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas ao custo amortizado.

A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimentos.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 34.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Empresas	Controladora *
	31/12/2019
WLM	37.422
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(915)
Total	36.507

Empresas	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
WLM	37.422	54.317
Fartura	165	93
Itapura	139	249
São Sebastião	-	1.061
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.138)	(755)
Total	36.588	54.965

Empresas	Controladora *
	31/12/2019
A vencer	28.938
Vencidos:	
Até 30 dias	3.510
De 31 a 60 dias	557
De 61 a 90 dias	753
De 91 a 180 dias	2.749
Mais de 180 dias	915
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(915)
	36.507

Empresas	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	28.947	45.890
Vencidos:		
Até 30 dias	3.582	6.255
De 31 a 60 dias	557	501
De 61 a 90 dias	753	293
De 91 a 180 dias	2.749	2.026
Mais de 180 dias	1.138	755
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.138)	(755)
	36.588	54.965

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar se há necessidade de provisão para perda futuras em seus créditos a receber.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

Controladas	Consolidado
	2019
Saldo inicial	755
Adições	483
Reversões	(100)
Saldo final	1.138

Uso de estimativas: a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do

Contas a receber de clientes e se baseia em títulos que estão vencidos há mais de 180 dias e na expectativa de perdas esperadas calculadas com base em histórico da Companhia.

9. COTAS DE CONSÓRCIO

Controladas	Controladora *	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
WLM	19.952	19.952	31.657
Total	19.952	19.952	31.657
Circulante	13.402	13.402	10.068
Não Circulante	6.550	6.550	21.589

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

O saldo refere-se a cotas de Consórcio Nacional Scania adquiridas, substancialmente, com o objetivo de alavancar as vendas de caminhões, ônibus, motores e semirreboques. A redução no ano de 2019 é proveniente de maior volume de negociação com os clientes.

Ao fazer o estudo de implantação do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia avaliou a possibilidade de mensurar as cotas de consórcio como instrumentos financeiros. Porém, apesar de apresentar características de ativo financeiro, as cotas são mantidas para venda futura aos clientes das concessionárias e exclusivamente para adquirirem veículos da marca Scania em qualquer de uma das concessionárias. Não há intenção de obtenção de receita financeira seja na aquisição ou na venda futura.

A Companhia avaliou a liquidez das cotas e classificou como não circulante o montante de R\$ 6.550 em 31 de dezembro de 2019, com base no histórico de realização da Companhia.

10. ESTOQUES

Descrição	Controladora*	
	31/12/2019	
Veículos e peças	53.601	
Adiantamento a fornecedores	18.004	
Total	71.605	

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Veículos e peças	53.601	25.810
Soja	30	962
Material de consumo	4.445	3.647
Estoque em formação (café, milho, silagem e soja)	4.195	3.086
Adiantamento a fornecedores	18.067	22.457
Total	80.338	55.962

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

	Controladora *	Consolidado
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017	-	27.570
Entrada por compra	-	631.367
Apropriação de custos	-	6.467
Ajuste a valor realizável	-	(34)
(-) Baixa por utilização	-	(8.744)
(-) Custo do produto vendido	-	(623.041)
Ajuste de inventário	-	(79)
Adiantamento a fornecedores	-	22.457
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018	-	55.962
Transferência por Incorporação	56.258	-
Entrada por compra	528.446	939.743
Apropriação de custos	-	8.227
(-) Baixa por utilização	-	(11.242)
(-) Custo do produto vendido	(531.104)	(907.961)
Baixa/adiantamento a fornecedores	18.004	(4.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	71.605	80.338

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Os estoques de café e soja referem-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Uso de estimativa: a Companhia realiza análise do valor realizável dos seus estoques através da comparação de seus saldos contábeis e valor de mercado. Quando este é inferior ao valor contábil, a Companhia constitui provisão para ajuste realizável reconhecido no resultado no período em que ocorrer.

11. ATIVOS BIOLÓGICOS

Circulante	Consolidado			
	2019		2018	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Consumíveis Maduros				
Demonstrados pelo valor justo:				
Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)	2.582	3.076	197	203
Novilhas e novilhos	545	985	3.386	3.796
Vacas	177	414	117	212
Bois	56	155	464	985
Subtotal	3.360	4.630	4.164	5.196
Consumíveis Imaturos				
Demonstrados pelo custo de produção:				
Rebanho em formação	-	4.820	-	4.659
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)	3.188	2.359	1.961	1.498
Subtotal	3.188	7.179	1.961	6.157
Total do circulante	6.548	11.809	6.125	11.353

Não circulante	Consolidado			
	2019		2018	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Consumíveis Maduros				
Touros e tourinhos	541	1.566	732	1.558
Vacas	9.760	20.403	10.266	16.510
Rebanho bovino	10.301	21.969	10.998	18.068
Rebanho equino	198	37	212	41
Total do não circulante	10.499	22.006	11.210	18.109
Total dos ativos biológicos	17.047	33.815	17.335	29.462

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia estão demonstrados pelo valor justo que considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Circulante	Consolidado
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018	11.353
Transferência do não circulante	2.753
Apropriação de custos	6.574
Baixa por vendas	(9.340)
Baixa por mortes	(327)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	563
Outras saídas/ajustes/reclassificações	107
Compras	126
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.809

Não circulante	Consolidado
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018	18.109
Transferência para o circulante	(2.753)
Baixa por mortes	(862)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	7.580
Depreciação	(13)
Outras saídas/ajustes/reclassificações	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.006

Em 31 de dezembro de 2019, os animais mantidos para venda eram compostos de 3.360 (31 de dezembro de 2018 – 4.164) cabeças de gado e estão classificados no ativo circulante.

Contrato Agrário de Parceria Pecuária

Circulante	2019		2018	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Vacas	700	980	748	1.047
Total	700	980	748	1.047

Em 28 de setembro de 2018, a controlada Fartura Agropecuária S.A. celebrou o contrato de parceria pecuária com o objetivo de aumentar seu rebanho bovino. A Companhia ficou responsável pelo manejo e criação dos animais em sua propriedade, dividindo com o parceiro todos os gastos incorridos na formação dos animais e os bezerros e bezerras nascidas. Em julho de 2019 foram reconhecidos no rebanho da controlada 137 bezerras e 135 bezerros referente a parcela da Fartura nos resultados do contrato de parceria e mais 87 bezerras e 51 bezerros foram comprados a preço de mercado junto ao parceiro. O segundo ciclo foi iniciado em de agosto de 2019.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração:

- A Companhia determinou que a *abordagem de mercado* é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo para os ativos biológicos consumíveis maduros e a *abordagem de custo* para os imaturos, conforme CPC 46.
- Especificamente quanto a divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos no CPC 46, utilizado a hierarquia no nível 1.

- (iii) Os valores justos dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (iv) Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos".
- (v) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros e compromissos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

12. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRRF sobre aplicações financeiras	93	15	153	45
IRRF sobre mútuo	44	20	44	20
IRRF sobre juros de capital próprio	984	1.163	984	1.162
Imposto de renda	-	1.997	-	2.732
Contribuição social	483	-	483	446
ICMS a recuperar	3.675	-	3.788	1.322
INSS a recuperar	465	-	468	-
PIS e COFINS - êxito judicial	-	2.086	-	2.086
PIS e COFINS	26	-	83	-
Outros	848	7	848	561
Total	6.618	5.288	6.851	8.374
Circulante	6.618	5.288	6.742	8.265
Não circulante	-	-	109	109

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

No primeiro trimestre de 2018 a WLM registrou o montante de R\$ 4.306 referente a êxito em processo judicial de habilitação de crédito de PIS e COFINS sobre bases de cálculo inconstitucionalmente majoradas (inconstitucionalidade do art. 3º § 1º, da Lei nº 9.718/98). A contrapartida desse montante está registrada na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de êxito de processo judicial, pelo valor do principal (R\$ 1.402) e de receitas financeiras, pela atualização monetária (R\$ 2.904). Em 2019, todo o crédito foi utilizado na compensação de impostos.

13. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

Controladas	Controladora	
	2019	2018
Lucros		
Equipo	1.300	825
Quinta Roda	3.400	725
Itaipu	1.300	425
Itaipu Norte	1.300	725
Plenogás	-	205
Total	7.300	2.905
Juros sobre o capital próprio		
Equipo	723	1.199
Quinta Roda	1.632	2.644
Itaipu	2.397	3.902
Itaipu Norte	1.894	3.103
Total proposto	13.946	13.753
Total recebido desde a proposição	(13.946)	(12.682)
Total a receber	-	1.071

O montante de lucros e juros sobre capital próprio foi totalmente liquidado até 30 de junho de 2019 devido a incorporação das controladas Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte realizada em 1º de julho de 2019.

14. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

Empresas	Controladora			
	Ativo não Circulante		Passivo circulante	
	2019	2018	2019	2018
Controladas				
Fartura	75	2.852	-	-
Itapura	4	-	4	-
São Sebastião	54	-	-	-
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	234	330
Plenogás (*)	-	-	1.000	1.118
Total	435	3.154	1.238	1.448

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas	Consolidado			
	Ativo não Circulante		Passivo circulante	
	2019	2018	2019	2018
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	234	330
Plenogás (*)	-	-	1.000	1.118
Total	302	302	1.234	1.448

(*) Coligadas não consolidadas.

A Companhia efetua rateio do custo com a infraestrutura utilizada por sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., considerando reembolsos de despesas com pessoal, aluguel, energia elétrica, condomínio, impostos e taxas no valor R\$ 651 (2018 - R\$ 683).

As principais transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são atualizados pela variação da taxa SELIC e não possuem prazo de vencimento determinado.

No ano de 2019 a controlada Fartura adquiriu da controlada Quinta Roda quotas de consórcio contempladas para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na produção no valor de R\$ 96.

Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 16.

Ainda sobre a Controlada Fartura, embora a Companhia venha apresentando recorrentes prejuízos contábeis, as operações não apresentam indícios de descontinuidade devido a WLM realizar envios de mútuo que são posteriormente substituídos por aumento de capital, além de aporte de capital. Além disso, nos anos de 2018 e 2019 a Fartura obteve recursos no mercado para o financiamento do custeio agrícola e pecuário.

Impacto no resultado das transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Empresas	Controladora			
	Arrendamentos (Receita)		Atualizações Monetárias (Receita (Despesa) Financeiras)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas				
Fartura	816	648	167	54
São Sebastião	216	216	-	-
Itapura	46	48	25	-
	1.078	912	192	54

A WLM registrou transações com partes relacionadas, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Remuneração da Administração								
Órgão	2019				2018			
	Nº de membros	Fixa Salário	Variável Prêmio (*)	Total	Nº de membros	Fixa Salário	Variável Prêmio (*)	Total
Diretoria Executiva	7	3.082	1.456	4.538	3	1.697	727	2.424
Conselho de Administração	5	1.131	-	1.131	5	1.050	-	1.050
Conselho Fiscal	3	167	-	167	3	169	-	169
Subtotal		4.380	1.456	5.836		2.916	727	3.643
Outros benefícios (**)		1.378	208	1.586		929	129	1.058
Total da remuneração		5.758	1.664	7.422		3.845	856	4.701

(*) Prêmio provisionado para pagamento no primeiro trimestre do ano seguinte.

(**) Inclui, encargos sociais, seguro saúde, seguro de vida.

15. INVESTIMENTOS

Descrição	Segmento automotivo				
	Equipo	Quinta Roda	Itaipu	Itaipu Norte	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	32.619	53.729	75.175	54.825	216.348
Perda de participação reflexa (1)	(717)	(261)	(229)	-	(1.207)
Ajuste mais valia de ativos reflexa	(1.077)	(392)	(420)	(138)	(2.027)
Distribuição de lucros	(825)	(725)	(425)	(725)	(2.700)
Juros sobre capital	(1.410)	(3.110)	(4.590)	(3.650)	(12.760)
Equivalência patrimonial	2.234	6.445	9.971	8.270	26.920
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.824	55.686	79.482	58.582	224.574
Ajuste mais valia de ativos reflexa	40	21	16	-	77
Distribuição de lucros	(1.300)	(3.400)	(1.300)	(1.300)	(7.300)
Perda de participação reflexa (1)	-	-	(4)	-	(4)
Juros sobre capital	(680)	(1.600)	(2.380)	(1.900)	(6.560)
Equivalência patrimonial	2.560	4.522	9.839	6.149	23.070
incorporação conforme A.G.E de 01/07/2019	(31.444)	(55.229)	(85.653)	(61.531)	(233.857)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	-	-	-	-

Descrição	Segmento agropecuário			
	Fartura	S. Sebastião	Itapura	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	63.008	40.052	27.529	130.589
Ganho de participação reflexa (1)	105	1.432	13	1.550
Ajuste mais valia de ativos reflexa	249	(1.238)	12	(977)
Aumento de capital	-	-	180	180
Equivalência patrimonial	(3.341)	1.684	(1.054)	(2.711)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	60.021	41.930	26.680	128.631
Transferência de participação das empresas incorporadas	2.480	14.297	3.064	19.841
Ajuste mais valia de ativos reflexa	126	(406)	72	(208)
Aumento de capital	2.896	-	-	2.896
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.495	-	-	2.495
Equivalência patrimonial	(1.801)	1.969	2.337	2.505
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	66.217	57.790	32.153	156.160

Descrição	Outros	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.046	1.046
Aumento de capital	-	-
Distribuição de lucros	(205)	(205)
Equivalência patrimonial	12	12
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	853	853
Distribuição de lucros	(116)	(116)
Equivalência patrimonial	(4)	(4)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	733	733
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018		354.058
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019		156.893

(1) Durante o exercício de 2018, a WLM realizou aumento de capital em suas controladas Fartura, São Sebastião e Itapura resultando em ganho/perda de capital, em contrapartida com o mesmo efeito nas demais controladas das empresas que receberam o aporte.

. Investimentos em Controladas e Coligadas

Patrimônio Líquido e Resultado	2019			2018		
	Total Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Total Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais						
Equipo	-	-	-	38.514	30.824	2.234
Quinta Roda	-	-	-	66.583	55.686	6.445
Itaipu	-	-	-	107.286	79.482	9.971
Itaipu Norte	-	-	-	79.578	58.582	8.270
Fartura *	94.169	71.526	(1.812)	87.346	62.974	(3.495)
Itapura	41.484	32.153	2.337	39.222	29.805	(1.178)
São Sebastião	73.378	57.790	1.969	71.004	56.350	2.263
Controlada descontinuada						
Superágua **	478	(151)	(58)	47	(593)	(198)
Coligadas						
Metalplus	742	416	(270)	1.008	686	(335)
Plenogás	2.591	1.390	256	2.854	1.488	372

* Patrimônio Líquido considerando AFAC de R\$ 7.395 realizado pela São Sebastião (R\$) 4.900 e WLM (R\$) 2.495

** Constituída provisão para perdas na rubrica de outras obrigações circulantes.

Participação em controladas	2019			2018		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	-	-	-	12.290.290	100,00	-
Quinta Roda	-	-	-	26.401.512	100,00	-
Itaipu	-	-	-	41.686.623	100,00	-
Itaipu Norte	-	-	-	29.500.000	100,00	-
Fartura	2.154.203	99,37	0,63	2.059.360	95,31	4,03
Itapura	34.754.557	99,99	0,01	34.754.557	89,52	10,48
São Sebastião	15.052.742	99,99	0,01	15.052.742	74,41	25,59
Controladas descontinuadas						
Superágua	23.107.500	100,00	-	23.107.500	100,00	-
Coligadas						
Metalplus	3.000	33,33	-	3.000	33,33	-
Plenogás	3.000	33,33	-	3.000	33,33	-

A Companhia mantém provisão para perdas em investimentos permanentes no valor de R\$ 151 (R\$ 593 em 2018), registrados na rubrica de outras obrigações, no passivo não circulante. Este valor decorre principalmente de patrimônio líquido negativo na controlada descontinuada Superágua.

O saldo de investimentos que a controladora tinha nas controladas Equipo, Itaipu, Itaipu Norte e Quinta Roda foram extintos devido ao processo de incorporação, conforme mencionada na nota explicativa nº 1. Consequentemente, o saldo de investimentos que estas controladas tinham no segmento agropecuário foram transferidos para Companhia.

16. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O saldo no valor de R\$ 34.595 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 34.679), corresponde a propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período de 5 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimentos é descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Parte relacionada	Prazo do contrato	Vencimento	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado no município de Jaguariúna (SP), com área de 136,68 ha.	Itapura Agropecuária Ltda.	Sim	5 anos	mar/22	R\$ 26,00 mensais por hectare
Imóvel rural, localizado no município de Santana do Araguaia (PA) com área total de 7.471,54 ha.	Fartura Agropecuária S.A.	Sim	5 anos	mai/24	R\$ 75.000,00 mensais
Imóvel rural, localizado no município de Santa Teresinha (MT) com área total de 2.053,59 ha.	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Sim	5 anos	jan/23	R\$ 54.035,00 trimestrais

Em março de 2018 a controladora celebrou contrato de arrendamento com a controlada Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. que tem por finalidade a exploração de pastagens para o exercício das atividades de pecuária: cria, engorda, compra e venda de bovinos. Assim, realizou transferência do imobilizado (nota explicativa 18) para propriedades para investimentos do valor alusivo ao terreno arrendado no montante de R\$ 2.654.

No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Neste exercício de 2019 a Companhia avaliou três de suas propriedades a valor justo e não identificou fatores que pudessem indicar a necessidade de provisão para perda do ativo. A avaliação foi efetuada por empresa externa especializada.

Propriedade	Controladora	
	Valor contábil	Valor justo
Imóvel Jaguariúna - SP	24.841	60.403
Dois Imóveis em Santana do Araguaia - PA	9.754	42.309
Saldo final	34.595	102.712

17. IMOBILIZADO

Descrição	Controladora *							
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Transferência por incorporação	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Terrenos		332	47.722	-	-	-	-	48.054
Edificações e instalações		-	42.605	-				42.605
Equipamentos e acessórios		-	5.915	222				6.137
Veículos		-	2.560	2.499	-	-	-	5.059
Móveis e utensílios		1.293	7.323	257	(5)	8	-	8.876
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.979	-	-	-	129	-	2.108
Direito de uso em arrendamento		-	-	1.017				1.017
Outros		443	-	3	-	-	-	446
Subtotal do imobilizado:		4.047	106.125	3.998	(5)	137	-	114.302
Depreciação acumulada:								
Edificações e instalações		-	(11.927)				(381)	(12.308)
Equipamentos e acessórios		-	(4.095)				(191)	(4.286)
Veículos	10% a 20%	-	(900)	-	-	-	(187)	(1.087)
Móveis e utensílios	10%	(947)	(5.781)	-	5		(301)	(7.024)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(1.090)	-	-	-	-	(177)	(1.267)
Direito de uso em arrendamento	33%						(141)	(141)
Outros	4% a 10%	(238)	-	-	-	-	(29)	(267)
Total Depreciação acumulada		(2.275)	(22.703)	-	5	-	(1.407)	(26.380)
Imobilizado em andamento		-	318	1.702		(137)		1.883
Total do imobilizado:		1.772	83.740	5.700	-	-	(1.407)	89.805

Descrição	Controladora							
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Transferência por incorporação	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Terrenos (**)		3.005	-	6	-	(2.679)	-	332
Veículos		215	-	-	(215)	-	-	-
Móveis e utensílios		1.278	-	39	(24)	-	-	1.293
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.977	-	2	-	-	-	1.979
Outros		441	-	2	-	-	-	443
Subtotal do imobilizado:		6.916	-	49	(239)	(2.679)	-	4.047
Depreciação acumulada:								
Veículos	10% a 20%	(93)	-	-	106	-	(13)	-
Móveis e utensílios	10%	(855)	-	-	23	-	(115)	(947)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(914)	-	-	-	-	(176)	(1.090)
Outros	4% a 10%	(204)	-	-	-	-	(34)	(238)
Total Depreciação acumulada		(2.066)	-	-	129	-	(338)	(2.275)
Imobilizado em andamento		-					-	-
Total do imobilizado:		4.850	-	49	(110)	(2.679)	(338)	1.772

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

(**) Ver nota de propriedades para investimentos (nota 16).

Descrição	Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Terrenos		207.095	88	(14)	-	207.169
Edificações e instalações		55.000	14		235	55.249
Equipamentos e acessórios		16.432	926	(42)	1	17.317
Veículos		4.421	2.786	(507)	-	6.700
Móveis e utensílios		8.517	674	(13)	-	9.178
Pastagem		19.255	-	(581)	4.806	23.480
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.980	-	-	130	2.110
Direito de uso em arrendamento			1.017			1.017
Correção e preparo do solo		3.407	-	-	447	3.854
Outros		2.624	440	(602)	38	2.500
Subtotal do imobilizado:		318.731	5.945	(1.759)	5.657	328.574
Depreciação acumulada:						
Edificações e instalações	2% a 4%	(16.383)	-	-	-	(1.175)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(7.888)	-	22	-	(1.257)
Veículos	10% a 20%	(1.824)	-	279	31	(500)
Móveis e utensílios	10%	(6.801)	-	11	(31)	(484)
Pastagem	5%	(10.399)	-	324		(1.003)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(1.092)	-	10	-	(187)
Direito de uso em arrendamento	33%	-	-			(141)
Correção e preparo do solo	20%	(574)	-	-	-	(696)
Outros	4% a 10%	(1.916)	-	-	-	(186)
Total Depreciação acumulada		(46.877)	-	646	-	(5.629)
Imobilizado em andamento		2.514	7.002		(5.657)	3.859
Total do imobilizado:		274.368	12.947	(1.113)	-	280.573

Descrição	Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Terrenos		207.067	28	-	-	207.095
Edificações e instalações		54.911	14	(34)	109	55.000
Equipamentos e acessórios		15.533	1.139	(240)	-	16.432
Veículos		3.962	1.259	(945)	145	4.421
Móveis e utensílios		8.282	351	(116)	-	8.517
Pastagem		19.709		(1.086)	632	19.255
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.978	2	-	-	1.980
Correção e preparo do solo		2.114	10	-	1.283	3.407
Outros		2.577	47	-	-	2.624
Subtotal do imobilizado:		316.133	2.850	(2.421)	2.169	318.731
Depreciação acumulada:						
Edificações e instalações	2% a 4%	(15.225)	-	10	-	(1.168)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(6.754)	-	103	-	(1.237)
Veículos	10% a 20%	(1.653)	-	275	-	(446)
Móveis e utensílios	10%	(6.441)	-	138	-	(498)
Pastagem	5%	(9.962)	-	583	-	(1.020)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(916)	-	-	-	(176)
Correção e preparo do solo	20%	(129)	-	-	-	(445)
Outros	4% a 10%	(1.829)	-	-	-	(87)
Total Depreciação acumulada		(42.909)	-	1.109	-	(5.077)
Imobilizado em andamento		1.272	3.518	(107)	(2.169)	2.514
Total do imobilizado:		274.496	6.368	(1.419)	-	274.368

O valor de R\$ 7.002 em obras em andamento refere-se, principalmente, a investimentos na reforma de 1.000ha de pastagens e 385ha de soja, além da abertura de mais 135ha de soja.

Com relação aos imóveis rurais, vale destacar:

Fazenda São João, localizada no estado do Pará: ocorrência de incêndio originário de fazendas vizinhas atingindo a vegetação nativa de reserva legal da Fazenda São João de propriedade da controlada Fartura Agropecuária S.A. A identificação, via satélite, de área queimada gerou notificação de embargo, pelo IBAMA, na reserva legal, no total de 2.480,402 hectares de área de vegetação nativa queimada. O embargo é de natureza cautelar para permitir a recuperação natural da área embargada. Não há auto de infração ou aplicação de penalidade pelo IBAMA decorrente deste fato.

Fazenda São Sebastião, localizada no estado do Mato Grosso: a controlada AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA., no ano de 2008, ajuizou ação de reintegração de posse contra esbulhadores da área de terras denominada “Gleba Pelissioli” integrante da Fazenda São Sebastião. A área invadida tem aproximadamente 7.557,19 hectares e permanece ilicitamente ocupada por esbulhadores. Na área em litígio existe, também, desmatamento ilegal praticado pelos esbulhadores. Em perícia técnica realizada por determinação do Juiz da Vara Especializada de Direito Agrário de Cuiabá-MT, onde tramita o processo de reintegração de posse, constatou que a área desmatada ilegalmente pelos esbulhadores corresponde a 2.665,2 hectares. Foram apresentadas alegações finais pelas partes. O Ministério Público opinou favoravelmente à procedência do pedido de reintegração de posse da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. Aguardando a sentença. Em 30/04/2019 foi prolatada sentença julgando totalmente procedente a ação de reintegração de posse, sendo posteriormente requerida a execução provisória da sentença para reintegrar a controlada Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. na posse da área esbulhada, ainda pendente de decisão judicial. Aguardando a interposição de eventual recurso pelos réus (esbulhadores) para apresentação de contrarrazões.

A Companhia não estima perdas no seu ativo imobilizado ou contingências prováveis em decorrência das situações acima mencionadas.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período.

Durante o exercício de 2019 a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliar o valor realizável das terras do segmento agropecuário. Esses avaliadores indicaram que o valor de realização das terras é superior aos saldos registrados na contabilidade no encerramento do exercício. Portanto, a Companhia concluiu que os montantes registrados no exercício de 2019 são realizáveis em conformidade com o CPC 01 e IAS 36.

Nos demais segmentos da Companhia não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo.

Direito de uso em Arrendamentos e arrendamentos a pagar – Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na nota 2, item 2.1, com a implementação do IFRS 16 – CPC 06 (R2), os arrendamentos operacionais passaram a ser contabilizados no Balanço da Companhia através do reconhecimento do direito de uso do ativo em contrapartida do arrendamento a pagar.

Assim, a controladora passou a registrar em seu balanço o contrato de aluguel com sua controladora Sajuthá-Rio Participações S.A, com vigência de 3 anos.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa transação está assim apresentado:

Ativo	31/12/2019
Imobilizado (líquido de depreciação)	
Direito de Uso em Arrendamentos	
Locação de prédios	876
Total	876
Passivo	31/12/2019
Circulante	
Arrendamentos a pagar	360
Não Circulante	
Arrendamentos a pagar	527
Total	887

- Depreciação do direito de uso do ativo: o contrato de arrendamento não possui cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento. Dessa forma, a vida útil desse ativo, na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual. A Companhia adota a alocação da depreciação do direito de uso do ativo de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre houver alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato.
- A Companhia apurou a sua taxa de desconto com base nas taxas de juros livre de riscos observadas no mercado brasileiro, ajustadas a realizada da Companhia. A taxa média ponderada de desconto é 0,52% a.m., para os contratos de até 3 anos. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo de arrendamento.

18. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora *							
	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2018	Transferência por incorporação	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Marcas e patentes		2	1	-	-	-	-	3
Direito de uso de <i>Software</i>		246	1	-	29	-	-	276
Fundo de comércio		-	8.921	-	-	-	-	8.921
Subtotal do intangível:		248	8.923	-	29	-	-	9.200
Amortização acumulada:								
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(188)	-	-	-	-	(23)	(211)
Total Amortização acumulada		(188)	-	-	-	-	(23)	(211)
Intangível em andamento		-	-	-	-	-	-	-
Total do intangível:		60	8.923	-	29	-	(23)	8.989

Descrição	Controladora							
	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2017	Transferência por incorporação	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Marcas e patentes		2	-	-	-	-	-	2
Direito de uso de <i>Software</i>		246	-	-	-	-	-	246
Fundo de comércio		-	-	-	-	-	-	-
Subtotal do intangível:		248	-	-	-	-	-	248
Amortização acumulada:								
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(164)	-	-	-	-	(24)	(188)
Total Amortização acumulada		(164)	-	-	-	-	(24)	(188)
Intangível em andamento		-	-	-	-	-	-	-
Total do intangível:		84	-	-	-	-	(24)	60

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Descrição	Consolidado							
	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2018	Transferência por	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Marcas e patentes		7	-	-	-	-	-	7
Direito de uso de <i>Software</i>		233	-	30	-	-	-	263
Fundo de comércio		8.920	-	-	-	-	-	8.920
Outros		-	-	-	-	-	-	-
Subtotal do intangível:		9.160	-	30	-	-	-	9.190
Amortização acumulada:								
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(171)	-	-	-	-	(25)	(196)
Total Amortização acumulada		(171)	-	-	-	-	(25)	(196)
Intangível em andamento		-	-	-	-	-	-	-
Total do intangível:		8.989	-	30	-	-	(25)	8.994

Descrição	Consolidado							
	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2017	Transferência por	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Marcas e patentes		7	-	-	-	-	-	7
Direito de uso de <i>Software</i>		233	-	-	-	-	-	233
Fundo de comércio		8.920	-	-	-	-	-	8.920
Outros		-	-	-	-	-	-	-
Subtotal do intangível:		9.160	-	-	-	-	-	9.160
Amortização acumulada:								
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(144)	-	-	-	-	(27)	(171)
Total Amortização acumulada		(144)	-	-	-	-	(27)	(171)
Imobilizado em andamento		-	-	-	-	-	-	-
Total do intangível:		9.016	-	-	-	-	(27)	8.989

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R\$ 8.920 refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados no exercício de 2019 e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo intangível.

19. CONTAS A PAGAR

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	6.927	229	7.608	35.566
Total	6.927	229	7.608	35.566

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Os valores de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Consolidado			
	Indexador	Taxa média anual de juros (%)	31/12/2019	31/12/2018
Bancos			-	6
Aplicados no Capital de giro	Pré	5,55 a 8,99%	9.998	7.350
Aplicados no Imobilizado - FINAME	Pré	8,5%	863	1.112
Total			10.861	8.468
Circulante			4.612	7.545
Não circulante			6.249	923

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2019
Saldo em 31/12/2018	8.468
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	10.231
Encargos de dívidas - juros	571
Pagamento do principal (*)	(7.719)
Pagamento dos juros (*)	(690)
Saldo em 31/12/2019	10.861
Circulante	4.612
Não circulante	6.249

(*) Liquidação das linhas de crédito do Funcafé, Safra e Basa obtidas no ano de 2018 e parcela do Itaú referente ao crédito obtido em 2019

Aplicados no Capital de Giro

Recursos destinados a financiar integralmente as atividades relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários utilizados na atividade agropecuária. São garantidos por aval da Companhia, e, em algumas pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações pode ser mensal ou anual, com a última parcela a vencer em junho de 2021.

Finame - BNDES

Linha de financiamento destinada a modernização de frotas de micro e pequenas empresas do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados por aval da Companhia. As amortizações são realizadas em base mensal, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/03/2018 a 17/04/2023.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

A exposição da Companhia ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 34.

Não há *covenants* atrelados aos empréstimos.

21. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, neste exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 12.278, conforme detalhado na nota explicativa 25.

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

Descrição	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	12.278	4.337
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	278	101
Total	12.556	4.438

O dividendo obrigatório do exercício de 2018 foi pago em 20 de maio de 2019 e o saldo refere-se a dividendos não reclamados, a disposição dos acionistas.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
SHV Gás Brasil Participações Ltda	462	462	462	462
Cotas de consórcio	103	-	334	1.164
Provisão para honorários de êxitos	1.076	210	1.914	1.757
Provisões administrativas	100	60	100	60
Provisões para perdas de investimentos	152	593	-	-
Créditos de clientes	4.147	-	4.147	6.400
Outros	425	50	459	512
TOTAL	6.465	1.375	7.416	10.355
Circulante	5.389	1.166	5.468	8.374
Não circulante	1.076	209	1.948	1.981

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

SHV Gás Brasil Participações Ltda.

A Companhia responde, solidariamente, perante a *Supergasbras Energia Ltda.* (atual denominação social da *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*), a processos fiscais no montante de R\$ 462, documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004.

Cotas de consórcio

Cotas de consórcio adquiridas para venda de bens e/ou aquisição de máquinas e equipamentos, e que já foram contempladas e parceladas.

Provisões para honorários de êxito

Referem-se a valores a pagar de honorários advocatícios sobre êxito de causas judiciais.

Provisões administrativas

Referem-se a valores a pagar de processos judiciais em fase de execução.

Provisões para perdas em investimentos

Referem-se a provisão para perdas na controlada Superágua.

Créditos de clientes

Os saldos de créditos de clientes referem-se a parcela de entrada para aquisição de caminhões realizadas pelos clientes enquanto o financiamento do bem está em fase de aprovação pelo FINAME.

Outros

Corresponde, principalmente, a contratos de seguros a pagar.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores jurídicos. As principais informações desses processos, estão assim representadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	153	-	153	30
Cíveis	3	-	3	-
Total	156	-	156	30

a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para riscos foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Os valores decorrentes de causas administrativas, ambientais, trabalhistas, cíveis e de execução fiscal, no montante de R\$ 66.310 (2018 - R\$ 49.089), cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade de perda possível, não foram registradas nestas demonstrações financeiras.

Descrição	Controladora *		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	28.260	111	38.371	33.738
Trabalhistas	368	98	420	526
Cíveis	11.045	474	11.045	10.925
Ambientais	138	-	16.474	3.900
Total	39.811	683	66.310	49.089

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Dentre as causas de maior relevância destacamos:

I - Tributárias:

Três processos administrativos instaurados pelo Estado de Minas Gerais contra a Superágua Empresas de Águas Minerais S.A. (descontinuada) para apuração de supostos débitos pelo não pagamento de compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos minerais (águas minerais), com montantes estimados em R\$ 426, R\$ 512 e R\$ 2.800, perfazendo o total de R\$ 3.738;

Três processos administrativos fiscais instaurados pelo Estado do Pará contra a WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (sucessora por incorporação da Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.), de apuração de débitos de ICMS, sendo dois por deixar de estornar crédito do imposto em decorrência de entrada de mercadoria em seu estabelecimento e um por deixar de recolher antecipação especial de ICMS relativo a operação interestadual de mercadoria, no valor total de R\$ 9.852.

Em 2019, houve o ingresso de duas ações de execução fiscal ajuizadas pelo Estado do Rio de Janeiro. Em uma ação, a Companhia sustenta a ilegalidade de auto de infração com relação a operações realizadas pela Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (incorporada pela Companhia), de compras de mercadorias de produção do estabelecimento industrial da controlada Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (com operações descontinuadas), localizado em Caxambu-MG, que resultaram em perda de arrecadação de ICMS, segundo alega o Estado do Rio de Janeiro, no montante estimado de R\$ 11.763. Em outra, a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (com operações descontinuadas) sustenta a ilegalidade de auto de infração pela não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS-Substituição Tributária, no montante estimado de R\$ 5.963. Em ambos os casos as ações têm por origem operações comerciais de exploração de águas minerais (descontinuadas) que resultaram em autos de infração;

Dois processos administrativos no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), tendo como recorrente a WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., referente a compensações não homologadas – utilização de Saldo Negativo de Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ nº 41298.10996.290307.1.7.02-2114, no valor total de R\$ 4.992.

II – Cíveis:

Ação de indenização de danos diretos e lucros cessantes ajuizada por Cliente contra a Scania Latin América Ltda. e a WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (sucessora por incorporação da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.), decorrente de supostos defeitos de fabricação em 05 (cinco) chassis de ônibus, no montante estimado na petição inicial de R\$ 1.604. Conforme sentença de 09 de março de 2018, o novo valor estimado passou a totalizar o montante R\$ 7.689, no que se refere a parte da Companhia na condenação.

III - Ambientais:

Os processos ambientais referem-se a 6 (seis) Ações Cíveis Públicas, sendo 5 (cinco) movidas pelo Ministério Público Federal e uma pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, em face da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. (Fazenda São Sebastião) por suposto desmate ilegal no ano de 2016, identificado pelo PRODES por meio do projeto Amazônia Protege.

Todas as ações têm por objeto a mesma área de terras denominada no local como “Gleba Pelissoli”, situada em parte da Fazenda São Sebastião de propriedade da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. As áreas apontadas nas ações cíveis públicas com desmate ilegal constituem objeto de uma ação de reintegração de posse (processo nº 28299-03.2008.8.11.0041, 2ª Vara Cível especializada em direito agrário de Cuiabá-MT), ajuizada pela Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. contra invasores (esbulhadores) com sentença procedente determinando a reintegração de posse, aguardando eventual recurso de apelação pelos invasores/esbulhadores.

Com relação essas ações civis públicas (causas ambientais) a Companhia detém prova de que o desmatamento ilegal apontado nas ações foi perpetrado por invasores/esbulhadores.

Apesar da prova de que a Companhia não realizou ou concorreu de alguma forma para o desmate ilegal, classificamos a probabilidade de perda como “possível”, por entender prematuro qualquer outro prognóstico. Isto por que os processos ainda estão na fase inicial, apenas com a apresentação das nossas contestações e/ou ainda aguardando citação de outros réus nas ações. Ainda não houve a apreciação do magistrado ou de manifestação do Ministério Público Federal ou Estadual, sobre as nossas provas, que podem ser impugnadas pelo Ministério Público Federal com pedido de novas provas, inclusive periciais.

Em suma, a Administração da Companhia, suportada por seus assessores jurídicos, entende que o prognóstico mais adequado, no momento, é de “possível perda”, de forma que depois de saneados os processos, ou seja, de apreciadas as provas pelo Juiz e da manifestação do MPF e Estadual será viável proceder uma revisão do prognóstico dos processos. Valor total das Ações Civis Públicas envolvendo a Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.: R\$ 16.335.

Uso de estimativas: a Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões e inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração monitora a evolução dos riscos dos processos administrativos e judiciais, através de Assessoria Jurídica interna e de Assessores Jurídicos externos especializados.

24. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos e ativos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	4.208	3.799	26.731	29.582
Contribuição social	1.403	1.368	12.744	14.666
Total	5.611	5.167	39.475	44.248

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reavaliação de ativos	31.961	15.546	111.872	113.143
Custo atribuído a realizar	6.163	6.163	51.393	51.738
	38.124	21.709	163.265	164.881
Tributos diferidos passivos - 34%	(12.962)	(7.381)	(55.510)	(56.060)
Constituição de tributos diferidos ativos	7.351	2.214	16.035	11.812
Saldo de tributos diferidos líquido	(5.611)	(5.167)	(39.475)	(44.248)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a WLM incorporou suas controladas Equipo, Itaipu, Itaipu Norte e Quinta Roda em 1 de Julho de 2019. Com isso, a companhia passou a ter expectativas de resultados tributáveis e, conforme orienta a instrução CVM 371, realizou estudo técnico com projeção de resultados tributáveis submetidos para aprovação aos órgãos da administração.

Desta forma, a controladora reconheceu em seu ativo e no seu resultado, na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, crédito tributário no montante de R\$ 7.351, decorrente do saldo de prejuízo fiscal (R\$ 21.291) e base negativa (R\$ 22.530) gerados em exercícios anteriores.

Conforme estudo técnico, a companhia pretende realizar este montante num prazo de dois anos.

A WLM, através de suas controladas, possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujos créditos tributários não foram registrados contabilmente por não haver expectativa de geração de lucros tributáveis, assim distribuídos:

Controladas	2019
	Consolidado
Prejuízo fiscal - IRPJ	23.339
Base negativa - CSLL	22.542

Uso de estimativas: a Companhia registra e avalia seus ativos fiscais diferidos de acordo com a expectativa de realização projetada em orçamentos e na alíquota fiscal vigente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 177.375 (R\$ 177.375 em 2018), representando 36.415 mil (36.415 mil em 2018) ações nominativas, sendo 16.571 mil (16.571 mil em 2018) ações ordinárias e 19.843 mil (19.843 mil em 2018) ações preferenciais, sem valor nominal.

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000, através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido.

Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados

Ajuste de avaliação patrimonial

Representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

Reserva de lucros

Reserva legal

Representa os valores registrados, conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, as reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do seu capital social.

Base de cálculo do dividendo obrigatório

Dividendo obrigatório

	Controladora
Base de cálculo do dividendo obrigatório	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	49.787
Realização da mais valia de ativos	1.910
Lucro líquido do exercício ajustado	51.697
Constituição da reserva legal (5%)	2.585
Base de cálculo do dividendo obrigatório	49.112
Dividendos obrigatórios (25%)	12.278
Total de dividendos propostos	12.278

Dividendo adicional proposto

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2019 foi aprovado a título de dividendo adicional complementar, o montante de R\$ 2.943, mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, e pagos juntos com o dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2018 (R\$ 4.437) em 20 de maio de 2019.

26. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a WLM, por meio de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, atua na comercialização de produtos agrupados em atividades dos segmentos automotivo e agropecuário, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das Diretorias Executivas. Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes.

Descrição	2019				2018			
	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens	-	1.125.750	18.316	1.144.066	-	768.779	18.450	787.229
Receita de serviços	-	53.341		53.341	-	46.044	-	46.044
Total da receita operacional bruta	-	1.179.091	18.316	1.197.407	-	814.823	18.450	833.273
Deduções de receita bruta	-	(121.254)	(678)	(121.932)	-	(79.422)	(1.555)	(80.977)
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.057.837	17.638	1.075.475	-	735.401	16.895	752.296
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	(929.516)	(16.426)	(945.942)	-	(644.761)	(15.648)	(660.409)
Lucro bruto	-	128.321	1.212	129.533	-	90.640	1.247	91.887
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(12.459)	(70.181)	(8.603)	(91.243)	(12.822)	(63.190)	(8.192)	(84.204)
Resultado financeiro	1.190	(176)	1.569	2.583	3.349	1.749	(379)	4.719
Outras receitas/despesas	1.068	7.588	9.081	17.737	2.340	3.735	4.908	10.983
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(10.201)	65.552	3.259	58.610	(7.133)	32.934	(2.416)	23.385
Imposto de renda e contribuição social	(352)	(7.657)	(766)	(8.775)	(1.116)	(6.014)	5	(7.125)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(10.553)	57.895	2.493	49.835	(8.249)	26.920	(2.411)	16.260
Operações descontinuadas	-	-	-	(58)	-	-	-	(198)
Total	(10.553)	57.895	2.493	49.777	(8.249)	26.920	(2.411)	16.062

Descrição	31/12/2019			31/12/2018			
	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total
Ativo total de segmentos reportáveis	312.834	209.510	522.344	-	291.960	196.526	488.486
Outros ativos	-	-	-	18.303	-	-	18.303
Ativos descontinuados	-	-	478	-	-	-	47
Total do Ativo Consolidado	312.834	209.510	522.822	18.303	291.960	196.526	506.836

A avaliação do desempenho da Companhia é medida principalmente pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

27. RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Controladora
	2019
Receita de bens	663.441
Receita de serviços	24.928
Total da receita operacional bruta	688.369
Impostos faturados	(71.963)
Total das deduções da receita Bruta	(71.963)
Total	616.406

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Receita de bens	1.144.066	787.229
Receita de serviços	53.341	46.044
Total da receita operacional bruta	1.197.407	833.273
Impostos faturados	(121.872)	(80.488)
Devoluções	(60)	(489)
Total das deduções da receita Bruta	(121.932)	(80.977)
Total	1.075.475	752.296

28. CUSTO DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Controladora
	2019
Veículos	450.839
Custo das peças vendidas e demais custos	94.285
Mão de Obra	13.959
Custos das peças vendidas e demais custos	80.326
Total	545.124

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Veículos	734.469	467.906
Custo das peças vendidas e demais custos	195.047	176.855
Mão de Obra	27.190	25.485
Custos das peças vendidas e demais custos	167.857	151.370
Pecuária	9.705	10.313
Soja	5.755	4.469
Café	966	866
Total	945.942	660.409

29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Honorários da Administração	1.131	1.050	1.131	1.050
Honorários do Conselho Fiscal	167	169	167	169
Salários e encargos	26.697	5.854	44.546	38.050
Serviços de terceiros	3.345	904	6.767	6.623
Manutenção predial e outros	1.647	45	3.660	3.341
Benefícios a empregados (**)	5.409	747	9.979	9.956
Aluguéis e arrendamentos	678	436	1.191	1.381
Condução, viagens e estadas	2.074	241	4.206	4.223
Impostos, taxas e contribuições	1.184	1.603	2.909	3.381
Comunicações	491	71	1.051	1.121
Frota própria	363	5	934	790
Frete de terceiros	329	-	838	1.031
Manutenção de máquinas e equipamentos	440	38	971	1.183
Despesas com seguros	256	151	392	371
Anúncios e publicações	234	235	311	392
Propaganda, promoção e representação	489	-	842	419
Manutenção de <i>softwares</i>	1.617	219	3.522	3.128
Depreciação e amortização	1.723	452	3.506	3.258
Créditos de liquidação duvidosa	483	-	483	420
Outros	1.525	300	3.837	3.929
Total	50.282	12.520	91.243	84.216

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

(**) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

30. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	1.424	100	2.637	2.418
Atualização monetária	422	349	488	311
Juros recebidos	109	-	216	263
Atualização monetária sobre êxito processo judicial	-	2.904	2.225	2.904
Outras receitas financeiras	59	1	112	1.005
Subtotal	2.014	3.354	5.678	6.901
Despesas Financeiras				
Juros	(351)	(1)	(2.278)	(2.105)
Atualização monetária	-	-	(193)	-
Despesas bancárias	(3)	(4)	(93)	(72)
Outras despesas financeiras	(530)	-	(531)	(5)
Subtotal	(884)	(5)	(3.095)	(2.182)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	1.130	3.349	2.583	4.719

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

31. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	51.117	17.390	58.610	23.385
Alíquota fiscal combinada da Contribuição Social e do Imposto de Renda	34%	34%	34%	34%
Encargos da Contribuição Social e do Imposto de Renda às alíquotas combinadas	(17.380)	(5.913)	(19.927)	(7.951)
Ajustes				
Equivalência Patrimonial	8.787	8.235	(1)	(4)
Juros sobre capital próprio	(1.210)	(4.338)	-	-
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	2.769	1.690
Créditos ativados	7.351	-	7.351	-
(Créditos tributários não ativados) e outros	1.180	900	1.033	(860)
Tributos no resultado				
Corrente	(8.623)	(1.116)	(16.126)	(7.129)
Diferido	7.351	-	7.351	4
	(1.272)	(1.116)	(8.775)	(7.125)

32. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro/prejuízo diluído por ação é igual ao lucro/prejuízo básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro / (prejuízo) por ação com base no lucro (prejuízo) líquido apurado em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Lucro básico por ação	Controladora e consolidado					
	2019			2018		
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total
Ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Total de ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Operações continuadas						
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	22.682.906,80	27.161.978,83	49.844.885,63	7.405.785,50	8.868.166,28	16.273.951,78
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	1,30	1,43	-	0,42	0,47	-
Operações descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(26.529,28)	(31.767,87)	(58.297,15)	(90.173,36)	(107.979,42)	(198.152,78)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	(0,01)	(0,01)	-	(0,01)	(0,01)	-

33. COMPROMISSOS

A Companhia, através de suas controladas Fartura e Itapura, tem contratos de venda para entrega futura de soja e café com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Data da entrega	Volume	Contratos	Preço Contrato (1)	Preço Mercado em 31/12/2019 (2)	Perda unitária (1 - 2)	Perda total (1 - 2)
Safra 19/20							
Soja	março e abril de 2020	50.000 sacas	3	71,16	80,25	(9,09)	(455)
Café	setembro de 2020	1.200 sacas	2	517,50	518,06	(0,56)	(1)
							<u>(455)</u>

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A geração de caixa da Companhia é originada, principalmente, pelo recebimento de juros sobre capital próprio e distribuição de lucros de suas controladas que têm atividades operacionais voltadas ao segmento agropecuário e automotivo, este último com maior representatividade na receita consolidada.

No segmento automotivo, a atuação é basicamente na revenda de caminhões, ônibus e peças da marca Scania e na prestação de serviços e de assistência técnica; enquanto que no segmento agropecuário, a atuação é na produção e comercialização de commodities agrícolas tais como soja, milho e café, além de cria, recria e engorda de gado bovino.

Desta forma, o desempenho financeiro das controladas, e consequentemente da Companhia, está diretamente exposta a (i) atividade econômica do país, a qual determina uma maior ou menor demanda por caminhões, ônibus, peças e serviços correlatos, (ii) variações das taxas de juros internas no Brasil, onde menores taxas podem trazer maiores incentivos para financiamento e impactar na demanda por bens de consumo, (iii) condições climáticas que geram impacto direto na produtividade das atividades agrícolas e (iv) volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio (preço da commodity atrelada ao dólar, enquanto que a venda interna ocorre em reais).

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis pois são registrados a valores praticados no mercado no momento inicial e testados ao valor recuperável. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Risco de preço

No que tange as atividades do segmento agropecuário, embora a receita represente uma parte pequena do faturamento da Companhia, existe um potencial risco de variação de preço nas commodities agrícolas influenciadas por condições de mercado, as quais muitas vezes independem da gestão direta da Administração. Na medida em que haja uma perspectiva de crescimento na atuação neste segmento, a Administração avaliará outras estratégias com vista a obter maior proteção contra a variação dos preços das commodities.

Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito, relacionado as contrapartes de suas aplicações e às contas a receber de clientes de suas controladas operacionais. A política financeira da Companhia mitiga seu risco associado as suas aplicações financeiras, alocando-as em fundos de investimentos geridos por instituições financeiras aprovadas pela Administração da Companhia.

As operações de vendas das controladas que atuam no segmento agropecuário é concentrada em poucos clientes. Embora possa existir um risco por conta da concentração, parcela substancial das vendas é realizada para clientes altamente qualificados e com perfil de crédito de primeira linha. Por sua vez, no segmento automotivo, há uma grande diversificação de clientes. O risco de crédito é administrado por normas internas específicas de análise e aprovação do crédito de clientes, estabelecendo limites de exposição por cliente e garantias acessórias necessárias. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

Descrição	Controladora*		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8.010	905	12.901	19.102
Aplicações financeiras	31.683	1.044	31.683	19.956
Contas a receber de clientes	36.507	-	36.588	54.965
Total	76.200	1.949	81.172	94.023

(*) Em 31/12/2019, o saldo na controladora decorre do processo de incorporação, conforme mencionado na nota 1.

Risco de liquidez

É o risco de a empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Um dos grandes objetivos da Administração é a preservação de caixa da Companhia. Em cada empresa controlada existe um monitoramento constante da previsão dos fluxos de caixa presentes e futuros de forma a assegurar a saúde financeira e atender às necessidades operacionais.

Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

Produto	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos
Fornecedores	7.608	7.608	7.608	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.861	11.150	4.533	5.930	229	229	229

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são saldos provenientes de transações comuns como as contas a receber, fornecedores, empréstimos e aplicações financeiras mantidas pela Companhia, todos a custo amortizado. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

Descrição	Exposição 2019	Risco	Impacto	Cenário I Provável **	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
-----------	-------------------	-------	---------	--------------------------	------------------------	-----------------------

Consolidado

Aplicações Financeiras	31.683	Baixa do CDI*	Resultado	(1.762)	(2.202)	(2.642)
------------------------	--------	---------------	-----------	---------	---------	---------

*As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento e CDB's . Os fundos são classificados como renda fixa e referenciados DI, os quais investem preponderantemente em ativos pós-fixados ao CDI e apresentam liquidez diária para resgate. Outra pequena parcela corresponde a CDB's com liquidez diária, que também são indexados a taxa CDI.

** Considera o CDI de 17/03/2020, 5,56 % ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do Bacen.

Risco de juros

Embora a Companhia e suas controladas não mantenham exposições a dívidas financeiras com juros pós fixados e/ou a instrumentos de hedge/derivativos no mercado, a Administração entende que existe uma exposição ao risco de taxa de juros, principalmente pelo fato de que grande parte das compras de veículos ocorre na forma de financiamentos por parte dos clientes. Se taxas de juros ficam mais altas, o custo do financiamento encarece e, consequentemente, a demanda por aquisições de novos veículos tende a ser menor. A Companhia não possui risco de juros passivos, tendo em vista que os juros são pré-fixados.

Risco de câmbio

Embora a Companhia não possui instrumentos financeiros com exposição a moedas internacionais, eventuais alterações no câmbio podem afetar as condições no mercado que elas atuam, principalmente no que tange a formação dos custos de produtos para venda, podendo, assim, influenciar no desempenho operacional e financeiro.

35. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2019 totaliza, aproximadamente, R\$ 157.346 (R\$ 144.072 – 2018).

Ramo	Tipo de cobertura	Consolidado	
		Valor segurado	
Compreensivo empresarial (Multirriscos)	Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até umaça; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil empregador; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil operações.	R\$	70.860
RC Administradores e Diretores (D&O)	Atos de gestão dos administradores e danos ambientais	R\$	30.000
Garantia judicial	Débitos de execução fiscal, ações cautelares, mandado de segurança, ações ordinários e etc.	R\$	10.254
Garantia para construção. Fornecimento ou prestação de serviços	Garantia de indenização pelos prejuízos decorrentes de inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no fornecimento de caminhões e prestações de serviços.	R\$	4.085
Máquinas e benfeitorias agrícolas	Roubo, furto qualificado total, eventos da natureza tais como enchente, vendaval, granizo, terremoto, inundação, alagamento, operação em proximidade a água, traslado entre os locais de guarda e operação quando transportados por meio de transporte adequado e próprio do segurado.	R\$	4.342
Automóvel / RCF / APP	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$	37.805
		R\$	157.346

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, são como seguem:

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Prescrição de dividendos	-	1.095
Aumento de capital social em controladas por mútuo	2.895	-
Total	2.895	1.095

Os dividendos prescritos são aqueles não reclamados pelo período de três anos enquanto que o aumento de capital por mútuo foi realizado na controladas Fartura mediante a utilização de saldo deste.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2020, a Companhia (“Parceira Outorgante”) celebrou contrato de parceria rural de área agricultável para fins de exploração agrícola (com base na Lei Federal nº 4.504/64 e Decreto nº 59.566/66 – Estatuto da Terra) com a SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA (“Parceira Outorgada”), cujo objeto é a Parceria Rural sobre área agricultável, com aptidão para exploração e cultivo de culturas anuais de grãos, sendo predominantemente soja, em área inicialmente estimada de 13.613 há (treze mil, seiscentos e treze mil hectares), preservando a integração lavoura-pecuária (“ILP”).

O Prazo do contrato é de 15 anos, sujeito à condição suspensiva relacionada a documentação imobiliária e ambiental depois de realizada “*due diligence*” pela Parceira Outorgada. A Companhia permanecerá com a atividade de pecuária nas áreas remanescente e está estudando os impactos em suas demonstrações financeiras.

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 que trata dos efeitos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras, a Companhia vem informar as seguintes informações por segmentos de negócios:

Segmento automotivo: espera encontrar um ambiente de mercado com maiores incertezas no curto e médio prazo no que tange, principalmente, a manutenção do crescimento da demanda por produtos e serviços neste segmento. O potencial agravamento da situação desta pandemia poderá impactar o crescimento do país neste ano o que, aliado a uma consequente piora nas condições de concessão de linhas de crédito para aquisição de veículos, poderá resultar numa redução no volume de novos pedidos/vendas de veículos, peças e serviços, além de dificultar o escoamento do atual estoque.

Segmento agropecuário: a Companhia entende que poderá haver impactos no curto prazo nos preços de algumas commodities pela potencial paralização de alguns players de mercado e maior dificuldade pontual no escoamento de produtos até o consumidor final.

A Companhia mantém um monitoramento diligente da evolução dos efeitos do Coronavírus na sociedade e em seu mercado de atuação de forma a garantir a segurança da saúde de seus funcionários e parceiros, assim como monitorar eventuais impactos em sua operação.

* * *

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
A DIRETORIA

EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA
Diretor-Presidente

ALVARO VÉRAS DO CARMO
Diretor de Relações com Investidores

LEANDRO CARDOSO MASSA
Diretor

NARGILLA NAIRA RODRIGUES DA COSTA
Contadora
CRC/RJ 111.602/O-0